

Processo Seletivo 2025 – Prova do curso de Especialização em Direito Administrativo

1- Leia atentamente o texto baixo e responda:

O mais difícil Osiris conseguiu. Acordou uma parte da sociedade para o desmanche de um argumento segundo o qual é razoável que uma pessoa sonegue impostos, visto que o governo é mau administrador. Se essa lorota fosse sincera, as pessoas doariam o dinheiro sonegado para as obras de madre Teresa de Calcutá. Como o embolsam, felizmente apareceu um servidor público correndo-lhes atrás. (Veja - 6.1.94, p. 81)

O entendimento correto para o feito realizado pelo Secretário da Receita Federal é:

- a) Despertou um segmento da sociedade para o desmonte da lógica de que a sonegação de impostos é prática consentânea à má administração governamental dos recursos oriundos do contribuinte.
- b) Convenceu grande parcela da sociedade brasileira acerca da razoabilidade da sonegação de impostos, desde que esses valores fossem doados a obras de caridade reconhecidamente filantrópicas, como as de madre Teresa de Calcutá.
- c) Fez com que parte significativa dos sonegadores acordasse para a veracidade da lorota de que a sonegação pode ser corolária da má aplicação dos recursos públicos, visto ser o governo um mau administrador.
- d) Alertou grande parte da sociedade para a ilação falaciosa segundo a qual o perdão da dívida está em relação diretamente proporcional às doações a obras filantrópicas.
- e) Mudou a visão da sociedade brasileira para referenciar o silogismo da permissibilidade da sonegação, desde que condicionada à doação do montante sonegado para as obras de madre Teresa de Calcutá.

2 - Assinale a alternativa que contém erro de ortografia.

- a) O carro piruetou e caiu na ribanceira.
- b) O aluno exitou nos exames da autoescola.
- c) A manhã estava terrivelmente húmida.
- d) Os tempos hodiernos recomendam cautela no uso das redes sociais.
- e) O acusado não titubeou na resposta.

- 3- Assinale a alternativa que contém erro de concordância nominal.
- a) Meu pai era professor de línguas francesa e alemã.
 - b) É boa bastante precaução nesse caso nos dias atuais.
 - c) Nem um nem outro fato vem confirmar a previsão dos políticos.
 - d) Vai anexo a procuração solicitada.
 - e) Arranhada apresentava a face e os braços.

- 4- Assinale a alternativa em que o pronome NÃO é objeto direto.
- a) Os dois namorados se amam.
 - b) Os colegas se gostam muito.
 - c) As crianças se divertiram o dia inteiro.
 - d) O conselheiro aborreceu-se diante do resultado obtido.
 - e) A criança machucou-se no balanço.

- 5- Leia atentamente o texto abaixo e responda

Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo; mas, não entendendo eu de política, ignoro se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns, ou abstenção, como outros juram. A descrença é fenômeno alheio à vontade do eleitor; a abstenção é propósito. Há quem não veja em tudo isso mais que ignorância do poder daquele fogo que Tiradentes legou aos seus patrícios. O que sei, é que fui à minha seção para votar, mas achei a porta fechada e a urna na rua, com os livros e ofícios. Outra casa os acolheu compassiva; mas os mesários não tinham sido avisados e os eleitores eram cinco. Discutimos a questão de saber o que é que nasceu primeiro, se a galinha, se o ovo. Era o problema, a charada, a adivinhação de segunda-feira. Dividiram-se as opiniões; uns foram pelo ovo, outros pela galinha; o próprio galo teve um voto. Os candidatos é que não tiveram nem um, porque os mesários não vieram e bateram dez horas. Podia acabar em prosa, mas prefiro o verso:

Sara, belle d'indolence,
Se balance
Dans un hamac...

(Victor Hugo – Orientales)

Machado de Assis, *A semana*, 24.4.1892

Acerca do texto acima é correto afirmar que:

- a) O texto é um exemplo da modéstia e da sinceridade de Machado de Assis, que não hesita em revelar seu desconhecimento acerca da política, uma vez que seu ceticismo o impede de se importar com tal questão.

- b) O texto revela o estilo europeizante do nosso maior escritor e sua admiração pela França, em especial pelo escritor Vitor Hugo.
- c) Machado ironiza a alienação dos eleitores que em um dia de eleição discutem questões fúteis e fazem piadas em vez de se preocupar com os destinos do país.
- d) Aponta o fato de os eleitores serem céticos e indiferentes à figura de Tiradentes, uma vez que este foi alçado à posição de herói nacional pelo governo republicano dos militares.
- e) Critica o descaso com que o governo republicano trata as eleições e a indiferença dos eleitores que não compareceram para votar.

6- Conforme o “Sumário Executivo - Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União”, pode-se afirmar que:

- a) O principal objetivo da Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB, foi conectar o direito público à realidade da burocracia brasileira, por meio de novos comandos para as tomadas de decisão e controle.
- b) O principal objetivo da Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB, foi conectar o direito público à realidade da justiça brasileira, por meio de novos comandos para as tomadas de decisão e controle.
- c) O principal objetivo da Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB, foi conectar o direito público à realidade do controle externo brasileiro, por meio de novos comandos para as tomadas de decisão e controle.
- d) O principal objetivo da Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB, foi conectar o direito público à realidade da gestão pública brasileira, por meio de novos comandos para as tomadas de decisão e controle.
- e) O principal objetivo da Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB, foi conectar o direito público à realidade dos tribunais de contas brasileiros, por meio de novos comandos para as tomadas de decisão e controle.

7- Tendo como referência o “Sumário Executivo - Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União”. Sobre a responsabilização de agentes públicos no âmbito do TCU é correto afirmar que:

- a) O tribunal parece ter criado uma lista de condutas aprováveis para fins de responsabilização com base no art. 28, sem ponderar se o cometimento de irregularidade seria ou não um erro escusável.
- b) A efetividade do art. 28 da LINDB vem sendo mitigada em razão do entendimento de que ele não se aplicaria aos casos que envolvem danos ao erário.

- c) Na maior parte dos casos analisados, o TCU utiliza o conceito de erro grosseiro do art. 33 para condenar o responsável.
- d) O TCU nem sempre avalia os elementos objetivos do agente público para decidir sobre sua responsabilização, e quando o faz, varia em grau de profundidade.
- e) Na fundamentação, o TCU procura tipificar, na forma de enunciados, irregularidades passíveis de punição pelo tribunal.

8- Tendo como referência o “Sumário Executivo - Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União”. Sobre o uso do artigo 28 da LINDB pelo TCU é correto afirmar que:

- a) O TCU divulgou enunciados de jurisprudência nos quais se descrevem condutas que podem ser enquadradas como erro grosseiro para fins de responsabilização do agente.
- b) O principal uso pelo TCU tem se dado com a mobilização do conceito de prejuízos anormais.
- c) O TCU sempre avalia os elementos subjetivos do agente público para decidir se o erro cometido é escusável.
- d) Tem sido expressamente invocado pelo TCU no sentido de embasar ou ratificar absolvições.
- e) As condenações pelo TCU se deram principalmente para agentes públicos que nunca ocuparam cargo de chefia.

9- Tendo como referência o “Sumário Executivo - Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União”. Conforme o artigo 21 da LINDB a invalidação de atos por controlador implica em:

- a) Indicação de modo expreso as consequências de sua decisão de invalidação.
- b) Imposição de ônus, mesmo que excessivo.
- c) Indicação de modo expreso das condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e relativo, mesmo que acarrete em prejuízo de interesses gerais.
- d) A discricionariedade de não apresentar os efeitos certos e/ou prováveis, construídos a partir de raciocínio lógico ou empírico.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

10- Tendo como referência o “Sumário Executivo - Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União”. É correto afirmar que:

- a) Desde o início o TCU foi bastante favorável ao projeto de lei que alterou a LINDB.
- b) Gradualmente, o TCU tem adotado cada vez mais critérios subjetivos ou elementos das circunstâncias concretas na determinação de comportamentos passíveis de responsabilização.
- c) Acórdãos demonstram que existe dúvida quanto à interpretação e à aplicação concreta dos novos dispositivos da LINDB.
- d) A criação de enunciados pelo TCU foi suficiente para gerar maior segurança jurídica, na medida em que passou a ser mais criterioso sobre as circunstâncias do caso poder descaracterizar a ocorrência de erro grosseiro.
- e) A aplicação de uma nova lei voltada a guiar a criação, a interpretação e a aplicação do Direito tem de ser estática, devido ao cumprimento do princípio da legalidade.

11- Maria Paula Dallari Bucci, em seu estudo “Políticas Públicas e Direito Administrativo”, afirma:

- a) No primeiro trimestre de 1997, já se podia identificar um consolidado arcabouço teórico acerca da conceituação de políticas públicas.
- b) O instrumental jurídico de análise é, na certa, o mais apropriado para apreender as características das políticas públicas.
- c) O direito administrativo anglo-americano possui maior abrangência que o direito administrativo de matriz francesa, do qual o direito administrativo brasileiro sofreu influência indireta.
- d) A escolha de prioridades para o governo é algo relevante para dar sentido ao agrupamento de diferentes acepções de políticas públicas sob um mesmo conceito jurídico.
- e) Não existe proximidade entre as noções de plano e de política pública.

12 - Maria Paula Dallari Bucci, em seu estudo "Políticas Públicas e Direito Administrativo", afirma:

- a) O fundamento imediato das políticas públicas é a existência de direitos fundamentais, que se caracterizam por meio de prestações negativas do Estado.
- b) As políticas públicas possuem um caráter estático, facilmente apreensível pelo direito.
- c) A origem normativa da política pública é o Poder Executivo.
- d) A iniciativa legislativa do governo desloca a origem normativa da política pública do Poder Legislativo para o Poder Executivo.
- e) A origem normativa da política pública é o Poder Legislativo.

13- Com base no estudo de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, "Da constitucionalização do direito administrativo – Reflexos sobre o princípio da legalidade e a discricionariedade administrativa", é correto afirmar:

- a) A fase atual do direito brasileiro é caracterizada pela valorização dos direitos fundamentais e pela atribuição, aos princípios e valores previstos na Constituição, de papel orientador das três funções do Estado.
- b) O direito brasileiro não incorporou o conceito de mérito, desenvolvido sobretudo por autores belgas.
- c) A existência de conceitos jurídicos indeterminados nas normas legais constitui uma característica exclusiva do direito administrativo.
- d) A partir sobretudo da década posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito administrativo brasileiro deixou de sofrer influência do direito alemão, espanhol e português no que tange à aplicação da teoria dos conceitos indeterminados.
- e) O Judiciário ainda pode alegar, a priori, que o termo indeterminado na lei envolve matéria de mérito, constituindo-se assim, aspecto discricionário e, portanto, vedado ao exame judicial.

14 - No texto: "Da constitucionalização do direito administrativo – Reflexos sobre o princípio da legalidade e a discricionariedade administrativa", Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma:

- a) Princípios e valores implícitos ou explícitos previstos no ordenamento jurídico, sobretudo na Constituição Federal de 1988 tem feito aumentar a discricionariedade.
- b) A existência de uma evolução no sentido de uma ampliação da legalidade e redução da discricionariedade.
- c) O princípio da legalidade passou por poucas alterações.
- d) A constitucionalização do direito administrativo é um fenômeno absolutamente recente, sem nenhum vestígio nas constituições anteriores à Constituição de 1988.
- e) A jurisprudência rechaçou o entendimento de que os regulamentos autônomos baixados pelo Poder Executivo deveriam obedecer aos princípios gerais de direito consagrados no Preâmbulo da Constituição, inviabilizando o seu controle jurisdicional, na França.

15 - No que tange às fases históricas dos papéis desenvolvidos pelas empresas estatais como instrumentos da atuação do Estado no domínio econômico, conforme o estudo "Empresas estatais entre serviços públicos e atividades econômicas" de Diogo R. Coutinho, Clarissa Ferreira de Melo Mesquita e Maria Virginia Nabuco do Amaral Mesquita Nasser, é correto afirmar:

- a) A empresa estatal, em sua conformação capitalista moderna, tem origem nas primeiras décadas do século XIX.
- b) No caso europeu, o surgimento da empresa estatal está dissociado aos processos de nacionalização e estatização.
- c) As empresas estatais permitiram ao Estado buscar o nível de demanda efetiva necessário ao pleno emprego, garantindo uma relação próxima entre poder privado e poder público, em sua primeira fase histórica.
- d) Em sua segunda fase histórica, nos países em desenvolvimento, a maioria das privatizações ocorreram fora do contexto da aplicação das políticas de ajuste estrutural no âmbito do receituário de austeridade econômica do Consenso de Washington.
- e) No contexto da terceira fase histórica, desde o início dos anos 2000 e em especial com a crise financeira que eclode em 2008, uma nova configuração de economia política tem, de forma hegemônica e abrupta, tomado forma, aniquilando as críticas neoliberais de "falhas de governo" e inserindo no debate das ideias e visões de mundo sobre o papel do Estado o tema da importância e da centralidade do Estado.

16- Em relação às estatais, assinale a única alternativa verdadeira:

- a) A distinção entre as estatais que prestam serviço público e aquelas que exploram atividade econômica nunca ensejou maiores dificuldades, dado que é um elemento básico do direito administrativo.
- b) A “Lei de Responsabilidade das Estatais” pode ser compreendida como um marco importante na consolidação do controle social das estatais.
- c) A edição da Lei n. 13.303/2016 é irrelevante para a definição do marco jurídico das estatais.
- d) O art. 175 da Constituição Federal conferiu à lei ordinária o dever de estabelecer o estatuto jurídico das estatais.
- e) O Supremo Tribunal Federal nunca discutiu a distinção entre estatais que prestam serviço público e aquelas que exploram atividade econômica em sentido estrito.

17- Assinale a alternativa correta:

- a) A criação de estatais é fenômeno tipicamente latino-americano, não observado na Europa do século XX.
- b) No pós-segunda grande guerra, a criação de estatais não teve como uma de suas justificações a necessidade de gerar postos de trabalho e aprendizado técnico-burocrático.
- c) No bojo do Welfare State, empresas públicas foram criadas com o intuito de elevar a taxa de investimento com menor dependência do capital, na medida em que não tinham o lucro como preocupação primordial.
- d) No Brasil, o desenvolvimento e implementação de vultuosos projetos de infraestrutura foram conduzidos, quase que exclusivamente, pela iniciativa privada.
- e) Os governos militares, até a década de 70, adotaram uma matriz econômica pouco intervencionista, marcada pela desestatização e pela extinção em massa das estatais.

18- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) Em oposição à macroeconomia de matiz neoliberal, autores como Hayek e Friedman defenderam a necessidade de forte intervenção do Estado no domínio econômico e social.
- b) No Brasil, as receitas oriundas das privatizações ocorridas na década de 1990 foram destinadas, sobretudo, ao abatimento da dívida do setor público.
- c) O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial não foram agentes destacados no processo de privatizações ocorridas nos países subdesenvolvidos.
- d) A grande crise financeira de 2008 não resultou em nenhuma iniciativa de nacionalização de empresas no contexto inglês.
- e) Bancos estatais não possuem qualquer papel de destaque na ordem econômica brasileira.

19- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) O STF, ao discutir o regime jurídico das estatais, em muitas ocasiões se valeu da clássica distinção que diferencia entre estatais que prestam serviços públicos e aquelas que exploram atividades econômicas em sentido estrito
- b) A discussão sobre o regime jurídico das estatais é irrelevante para as discussões que versem sobre a impenhorabilidade dos bens e a imunidade tributária das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c) O artigo 173 da Constituição Federal dispõe que a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é livre e independe de qualquer juízo sobre o interesse coletivo da atividade.
- d) O artigo 175 da Constituição Federal dispõe que a prestação de serviços públicos não pode ser delegada aos particulares.
- e) Nunca se discutiu, no âmbito do STF, a possibilidade de uma estatal brasileira contratar mediante regulamento simplificado de contratações.

20- Assinale a alternativa verdadeira

- a) Não é possível defender que determinadas estatais prestam serviços públicos e também desenvolvam atividades econômicas em sentido estrito.
- b) Critérios que possibilitem distinguir as estatais que prestam serviços públicos daquelas que desenvolvem atividades econômicas em sentido estrito são irrelevantes para a questão que versa sobre a obrigação da submissão das estatais ao controle do Tribunal de Contas competente.

- c) Há jurisprudência do STF que reconhece a impenhorabilidade de bens das estatais de serviço público.
- d) A lei nº 13.303/2016 pretende dispor exclusivamente sobre o estatuto jurídico das estatais que exploram atividade econômica de produção ou comercialização de bens, ignorando as estatais que prestam serviços públicos.
- e) Não se encontra na lei nº 13.303/2016 nenhum esforço em estabelecer requisitos mínimos de transparência às estatais.

21- Em relação às dificuldades em se articular o estudo das políticas públicas com o direito administrativo, assinale a alternativa verdadeira:

- a) As políticas públicas são essencialmente uma questão de direito privado e não se relacionam com o direito administrativo.
- b) As políticas públicas não constituem um tema ontologicamente jurídico, pois originário do universo de preocupações da teoria política.
- c) As políticas públicas são uniformemente tratadas e compreendidas no contexto do direito penal, o que dificulta sua análise jurídica.
- d) O direito administrativo é o mais adequado para a análise de políticas públicas em razão de ser, entre os ramos do direito, aquele mais antigo, já que trata essencialmente das limitações ao poder político.
- e) A consolidação do Estado social, no qual passam a ter expressão os direitos dos grupos sociais e os direitos econômicos, não impacta o estudo das políticas públicas.

22- Assinale a alternativa correta:

- a) As políticas públicas são completamente dissociadas do direito administrativo, sendo exclusivamente abordadas pelos constitucionalistas, em razão da forte constitucionalização das políticas públicas no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) As políticas públicas, isto é, a coordenação dos meios à disposição do Estado para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados, também são um problema de direito público, em sentido lato.
- c) As políticas públicas não constituem uma categoria de interesse para o direito, havendo pouco acúmulo teórico sobre sua conceituação, sua situação entre os diversos ramos do direito e o regime jurídico a que estão submetidas a sua criação e implementação.
- d) Não se pode afirmar que o Estado-serviço público foi sucedido pelo Estado-políticas públicas.

e) A definição do significado do conceito de “serviços públicos”, absolutamente fundamental para o direito administrativo, goza de unanimidade entre os doutrinadores.

23- Assinale a alternativa verdadeira:

a) O direito administrativo anglo-americano é mais abrangente e inclui temas como contratos administrativos e bens públicos, que não são tratados na tradição francesa.

b) É possível afirmar que direito administrativo é parte do problema central da teoria política, isto é, da conciliação entre autoridade e liberdade.

c) O direito administrativo francês inclui apenas questões relacionadas à autoridade administrativa para editar regras e regulamentos, enquanto o anglo-americano cobre todos os aspectos do direito administrativo.

d) Não há diferenças significativas entre o direito administrativo no sistema anglo-americano e no sistema francês.

e) Temas que a tradição jurídica de inspiração francesa situa no campo do direito administrativo – contratos administrativos, servidores públicos, bens públicos etc.–, no sistema anglo-americano não são objeto de estudo da administração pública, mais ampla que o direito administrativo

24- Em relação à articulação entre a formulação e a implementação das políticas públicas no contexto da separação de poderes, assinale a única alternativa correta:

a) A formulação de políticas públicas é de responsabilidade exclusiva do Poder Legislativo, já que cabe ao executivo tão somente a administração da coisa pública.

b) Programas de ação e programas de governo devem, necessariamente, ser impostos pelo Legislativo ao Executivo.

c) Não se pode verificar o crescente de funções normativas pelo Poder Executivo, o que desafiaria a tradicional separação entre as funções legislativas e executivas.

d) Em matéria de políticas públicas, cabe primordialmente ao Legislativo a instituição de políticas públicas cuja realização ultrapasse a duração de um governo.

e) Em consonância com a teoria da separação dos poderes, caberia ao executivo tão somente implementar políticas públicas de longo prazo.

25- Qual das seguintes afirmações sobre o controle da Administração Pública está correta?

- a) O controle externo é realizado exclusivamente pelo Poder Legislativo, sem a colaboração de outros órgãos.
- b) O Tribunal de Contas é órgão da administração direta municipal, estadual ou federal destinado ao controle externo.
- c) O controle externo da administração pública é realizado pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas e do Ministério Público, conforme o artigo 71 da Constituição Federal.
- d) As agências reguladoras não podem controlar e regular as atividades econômicas prioritárias privatizadas pelo Governo.
- e) Não é possível falar em controle judicial da Administração Pública em virtude do princípio da separação de poderes.

26- Assinale a alternativa correta:

- a) Cabe ao Tribunal de Contas realizar o controle judicial das Políticas Públicas e decidir sobre a validade das metas orçamentárias estabelecidas pelo Executivo.
- b) O Tribunal de Contas é responsável por definir, a priori, a política pública a ser adotada e implementada pela administração pública.
- c) O Tribunal de Contas não possui a competência de controlar o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, pois isto seria uma evidente afronta ao princípio da separação dos poderes.
- d) O Tribunal de Contas é restrito ao controle de legalidade e não pode fiscalizar a eficiência ou a eficácia dos recursos aplicados pela administração pública
- e) Cabe ao Tribunal de Contas a fiscalização das prestações de contas anuais, analisando se os limites mínimos de recursos públicos a serem investidos nas políticas públicas de saúde foram observados, conforme o disposto no artigo 198, §2º da Constituição Federal.

27- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) O Brasil optou por adotar o sistema de jurisdição una, isto é, o Judiciário possui o monopólio da jurisdição, o que implica que os litígios que envolvam a administração pública poderão vir a ser serão apreciados por juízes e tribunais comuns.
- b) Trata-se de consenso que o controle judicial das políticas pública é ilegítimo em caso de omissão por parte do estado, na medida em que os juízes não são eleitos.

c) Trata-se de consenso que o controle do mérito dos atos da administração pública pode ser realizado pelo Judiciário, em razão do primado da ordem constitucional.

d) Os direitos fundamentais de segunda dimensão impõem à administração pública sua concretização e consubstanciação.

e) Atos discricionários da administração pública não podem ser apreciados pelo poder judiciário quando envolvam aspectos de moralidade, conforme o disposto pelo artigo 5º, LXXIII e 37 da CF.

28- Considerando a evolução da Administração Pública no Brasil pós-Constituição de 1988 e a crescente importância da participação cidadã e da eficiência, assinale a alternativa verdadeira:

a) Não se pode afirmar que o princípio da eficiência está ligado a um modelo estatal que persegue a simplificação de acesso aos serviços públicos.

b) É desejável que a prestação dos serviços públicos esteja arraigada à burocracia e à legalidade estrita, pois ambos aspectos necessários para a efetivação dos direitos dos administrados, dado que todo direito tem custos.

c) Com a Emenda Constitucional nº 19/1998, houve a exclusão do controle estatal sobre entidades privadas que prestam serviços públicos, promovendo uma maior autonomia dessas entidades.

d) A introdução do princípio da eficiência e a instituição da administração pública gerencial visou alterar o modelo burocrático tradicional, ao adotar um modelo de gestão mais flexível e transparente.

e) A Constituição de 1988 e a Emenda Constitucional nº 19/1998 eliminaram a necessidade de participação popular no processo administrativo, focando exclusivamente na eficiência e redução de custos.

29- Assinale a alternativa correta

a) O princípio da impessoalidade é interpretado como uma permissão para que a Administração Pública utilize critérios subjetivos na tomada de decisões, desde que tais práticas sejam divulgadas de maneira transparente.

b) O princípio da publicidade implica que a Administração Pública deve fornecer acesso irrestrito a todos os documentos e processos administrativos, independentemente de qualquer restrição legal ou necessidade de sigilo.

c) O princípio da moralidade permite que a Administração Pública aja com flexibilidade nas regras e regulamentos, desde que o resultado final seja benéfico para a coletividade, mesmo que implique em desrespeito às normas estabelecidas.

d) O princípio da eficiência obriga a Administração Pública a concentrar-se na observância estrita das normas legais estabelecidas, tratando a eficiência como secundária em relação à conformidade normativa.

e) É possível defender que administração pública seja pautada pela concepção de legalidade substancial, permitindo que a Administração Pública exerça um papel normativo mais amplo e autônomo, desde que respeite a Constituição e seus princípios fundamentais.

30 - Assinale a alternativa correta:

a) A Administração Pública não é responsável pela guarda e promoção dos direitos fundamentais de primeira dimensão, pois estes não requerem intervenções ativas do Estado e estão associados ao individualismo.

b) Os direitos fundamentais de terceira dimensão são aqueles que envolvem valores de solidariedade e fraternidade, sendo sua consubstanciação de responsabilidade apenas dos organismos internacionais.

c) Os direitos fundamentais de segunda dimensão exigem uma ação administrativa ativa para sua realização, o que implica que a Administração Pública deve assegurar a implementação desses direitos sociais, culturais e econômicos por meio de intervenções e políticas públicas específicas.

d) A efetivação dos direitos fundamentais não depende da Administração Pública, pois estes direitos são considerados meras metas programáticas.

e) Os direitos fundamentais de terceira dimensão, apesar de sua natureza coletiva e difusa, são implementados principalmente por meio de ações privadas.

Gabarito da Prova do curso de Especialização em Direito Administrativo

- 1- A
- 2- C
- 3- D
- 4- B
- 5- E
- 6- D
- 7- E
- 8- A
- 9- A
- 10- C
- 11- D
- 12- E
- 13- A
- 14- B
- 15- C
- 16- B
- 17- C
- 18- B
- 19- A
- 20- C
- 21- B
- 22- B
- 23- B
- 24- D
- 25- C
- 26- E
- 27- A
- 28- D
- 29- E
- 30- C